

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ENFERMAGEM: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS FRENTE AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Victor Gomes de Paula<sup>1</sup> – UNIDESC

Priscila da Conceição Quaresma<sup>2</sup> – UNIDESC

Vanessa Paiva Sales<sup>3</sup> – UNIDESC

Erica Pereira da Sousa<sup>4</sup> – UNIDESC

Eixo temático: Implementação das políticas de inclusão: práticas pedagógicas.

Agência Financiadora: não contou com financiamento.

## RESUMO

A educação inclusiva propõe o acolhimento de estudantes de quaisquer níveis de escolaridade, independente de suas necessidades, deficiências ou incapacidades. Dentre as deficiências e necessidades especiais encontradas na educação superior privada, especialmente na área da enfermagem, a deficiência auditiva vem ganhando visibilidade. Este trabalho é um estudo de caso de uma aluna diagnosticada com perda auditiva neurosensorial no ouvido esquerdo, aos 3 anos de idade, graduanda do curso de enfermagem em uma IES privada no estado de Goiás. O objetivo foi relatar e discutir as principais dificuldades encontradas pela acadêmica durante o processo avaliativo de ensino aprendizagem em uma determinada disciplina. A aluna apresentou, ao longo do processo, dificuldades de assimilar o que lia; de interpretação do enunciado das questões; de formular e sustentar respostas; de compreensão das explicações dos monitores durante as provas e de concentração. Foi possível identificar que, para além de intervenções pontuais durante a atividade de avaliação, a aluna necessita ser alvo de intervenção inclusiva, ao longo de sua permanência na IES, de modo a favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva na enfermagem; Deficiência auditiva; Avaliação da aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

A proposta da educação inclusiva visa acolher os estudantes de quaisquer níveis de escolaridade, oferecendo-lhes oportunidades equitativas de educação e identificando necessidades particularizadas de cada indivíduo, independente de suas deficiências, incapacidades ou demandas por adaptações curriculares, com o objetivo de viabilizar não só o aprendizado, como também sua formação enquanto cidadão. Entretanto, a garantia de acesso a um sistema educacional inclusivo implica ações e medidas, tais como tomada de decisões e mudanças comportamentais de governantes e gestores da educação (FARO; GUSMAI, 2013).

Nesse contexto, as políticas públicas da educação têm por objetivo proporcionar melhorias e contribuições com a educação brasileira. Dentre as políticas públicas da educação superior inclusiva propostas pelo Ministério da Educação (MEC) para alunos com deficiências, tem-se a Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES. Ela

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Biomédico. Professor do curso de Enfermagem.

<sup>2</sup> Especialista em Gestão de Sala de Aula. Enfermeira. Coordenadora do Curso de Enfermagem.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Enfermagem.

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Enfermagem.

propõe o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, como uma das medidas da educação inclusiva. Entretanto, não há políticas de inclusivas específicas para a educação privada. É facultado, portanto, aos dirigentes da educação superior privada a criação de políticas institucionais, a partir dos ideais das políticas públicas (BRASIL, 2013; TAVARES; NUNES, 2014).

A educação inclusiva vem sendo difundida cada vez mais na educação básica, o que tem refletido diretamente nos índices de matrículas na educação superior. A partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2013, é possível perceber esse crescimento. As matrículas de alunos portadores de deficiências aumentaram quase 50%. Neste ano, o número de alunos matriculados atingiu 30 mil, enquanto que em 2010 havia pouco mais de 19 mil alunos (BRASIL, 2013; INEP, 2014).

Considerando que alunos com deficiência são aqueles que apresentam quaisquer alterações em ao menos uma fração, seja ela motora, sensorial, mental ou múltiplas, podendo essas alterações serem caracterizadas como perda total, ou parcial de uma ou mais estruturas do organismo, incluir o indivíduo que possua alguma das características citadas, torna-se um desafio para as Instituições da Educação Superior – IES. Não basta incluí-los na educação superior. É preciso atender suas necessidades de modo a mantê-los, motivando-os em sua trajetória acadêmica, afim de que o aprendizado seja alcançado (LIMA; COSTA, 2014).

Dentre as deficiências e necessidades especiais encontradas na educação superior privada, especialmente na área da enfermagem, a deficiência auditiva vem ganhando visibilidade conforme as pesquisas de Faro e Gusmai (2013); Lima e Costa (2014) e Santana (2016). Esses pesquisadores afirmam que a deficiência auditiva é caracterizada como sendo qualquer alteração que cause uma diminuição da percepção e/ou captação do som, sendo os casos mais comuns representados pela perda auditiva de grau leve a moderado.

A partir do estudo de caso de uma aluna diagnosticada com perda auditiva neurossensorial (hipoacusia severa) no ouvido esquerdo no ano de 2000, graduanda do curso de enfermagem de uma IES privada no estado de Goiás, o objetivo do presente trabalho foi relatar e discutir as principais dificuldades encontradas pela acadêmica durante o processo avaliativo de ensino e aprendizagem.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho utilizou-se do aporte metodológico qualitativo, a partir de um relato de caso. A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com a

aluna do segundo semestre do curso de enfermagem de determinada IES privada localizada no estado de Goiás e pelas observações e relatos de duas monitoras eleitas por um professor do curso. E, analisar o comportamento da acadêmica durante a realização de uma verificação da aprendizagem (avaliação) da disciplina de imunologia.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário analisar o histórico clínico, laudos médicos e exames complementares da aluna disponibilizados por sua mãe. A coordenação do curso colheu dados a partir de conversas periódicas com a família, especialmente com a mãe da aluna. As informações e fatos relatados pelos familiares foram essenciais para a descrição do caso.

A análise e interpretação dos dados basearam-se nas técnicas de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), a fim de serem extraídos a partir dos relatos e experiências da aluna observada, os principais entraves encontrados por ela para compreender os conteúdos ministrados em sala de aula e cobrados nas avaliações. A abordagem metodológica de análise do conteúdo também foi aplicada aos relatos e informações prestadas pelos familiares.

Utilizaram-se ainda os achados de Lima e Costa (2014) que trabalharam com a inclusão de uma aluna de enfermagem com problemas auditivos em uma Universidade Federal, e, elegeram categorias de análises a partir da fala de sua entrevistada. As categorias eleitas pelos autores serviram de constructos metodológicos para a análise e discussão dos dados colhidos nas entrevistas, das experiências relatadas pela aluna do caso em questão, e observadas durante a realização da prova.

O projeto de pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Ensino das Faculdades ICESP Promove. Os objetivos da pesquisa foram esclarecidos à acadêmica em questão, que consentiu participar do estudo livremente, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## **DISCUSSÕES SOBRE O RELATO DE CASO**

O caso analisado é de uma jovem de 19 anos, solteira, que foi diagnosticada aos 3 anos de idade com disfunção neurosensorial severa. De acordo com o decreto nº 5.296/04, a deficiência auditiva é considerada como “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, comprovada por audiograma” (BRASIL, 2004). A aluna apresentou ausência de resposta a estímulos sonoros inferiores a 100 decibéis (dB) no ouvido esquerdo em audiograma realizado em 2000. Logo, foi possível identificar e compreender a intensidade de seu comprometimento auditivo.

Em 2005, a aluna foi encaminhada ao otorrinolaringologista com queixa de dificuldades de aprendizagem e baixo rendimento escolar, a princípio, oriundos da deficiência auditiva, sendo esta a hipótese diagnóstica clínica. Entretanto, devido à perda auditiva ser unilateral, acometendo apenas o ouvido esquerdo, foi descartada a hipótese diagnóstica, sendo sugerida uma avaliação neurológica para diagnóstico mais preciso.

Dois anos após a consulta ao otorrinolaringologista, o rendimento escolar da acadêmica persistiu em baixos rendimentos. A família procurou tratamento com fonoaudiólogo por intermédio da fonoterapia. Após a consulta em 2007, solicitou-se a utilização de uma prótese auditiva. Recomendou-se um aparelho de amplificação sonora individual (AASI). A prótese foi colocada em janeiro de 2008. De abril a junho de 2008, a aluna realizou acompanhamento fonoaudiológico.

De acordo com o prontuário do fonoaudiólogo, houve melhora no rendimento escolar da aluna após a utilização da prótese, não havendo dificuldades de adaptação com o AASI. Entretanto, em junho do mesmo ano, os pais da aluna relataram ao médico que sua filha não apresentava bons rendimentos na escola. O fonoaudiólogo questionou tal reclamação familiar uma vez que “a paciente, cursando a quarta série evoluía muito bem à fonoterapia”. Em agosto de 2008 novas queixas foram relatadas pelo médico após contato com a professora que afirmou: “aluna desatenta, dispersa, esquece tudo rapidamente”. Neste ato, novamente foi sugerido que a mãe encaminhasse a aluna ao neurologista.

Em agosto de 2013 a aluna foi submetida a uma consulta com o otorrinolaringologista para uma nova avaliação audiológica. O parecer do exame constatou disacusia, que significa distúrbios de audição (HOUAISS, 2001), neurosensorial bilateral. Ou seja, a perda auditiva que era apenas no ouvido esquerdo, foi identificada também no ouvido direito.

Finalmente, em setembro de 2016 a aluna realizou um último acompanhamento médico. Ele a recomendou que “realizasse as provas da faculdade com professores adjuntos, uma vez que a paciente apresenta quadro de difícil concentração”.

Portanto, a partir do quadro clínico e das recomendações médicas para a acadêmica em tela, a coordenação do curso em parceria com seu corpo docente traçaram algumas estratégias voltadas para a inclusão da aluna no contexto educacional para um melhor aproveitamento dos conceitos específicos de sua formação em enfermagem. Considerando que geralmente os professores apresentam dificuldades em ensinar e avaliar a efetividade da aprendizagem de alunos com deficiência auditiva (PINOTTI; BOSCOLO, 2008), definiu-se que a abordagem

diferenciada se daria inicialmente com apenas um professor. Após análise dos resultados, o procedimento se estenderia aos demais docentes do curso.

Estabeleceu-se, portanto, que a aluna não realizaria a verificação de aprendizagem da disciplina de imunologia juntamente com a turma, como estratégia de intervenção inclusiva. Nesse contexto, o professor da disciplina de imunologia elegeu duas alunas como suas monitoras no intuito de auxiliarem a acadêmica na realização da prova, que foi aplicada em horário contrário ao da aula.

Baseando-se nos achados de Lima e Costa (2014), que utilizaram seis categorias como critérios de análises dos dados de sua pesquisa, classificando-os em 1) descoberta, identidade e consciência da deficiência auditiva; 2) apoio familiar na inclusão; 3) obstáculos enfrentados; 4) relacionamento interpessoal; 5) atendimento especializado e 6) resiliência e pertencimento. Após analisar a fala da acadêmica de enfermagem do presente estudo, bem como os relatos e observações das monitoras durante a aplicação da prova, percebeu-se que as categorias 2 e 3 ficaram bem evidenciadas. Estão aqui identificamos como categorias A e B, conforme será discutido a seguir.

Os principais entraves encontrados pela acadêmica durante a realização da prova foram: a) dificuldades de assimilar tudo que se lê; b) dificuldades de interpretação do enunciado das questões; c) dificuldade em formular e sustentar respostas; d) dificuldades de compreensão das explicações dos monitores durante a prova; e) dificuldades de concentração.

De acordo com Pinotti e Boscolo (2008), a audição é essencial para o desenvolvimento da linguagem e compreensão cognitiva, logo, o deficiente auditivo apresenta um comprometimento da fala (linguagem oral), a depender do grau da perda da função auditiva, o que impactará diretamente nos processos da aprendizagem. Considerando a avaliação como um dos métodos de mensuração da aprendizagem, o aluno deficiente auditivo apresentará dificuldades na compreensão dos textos, logo, em se expressar por meio da escrita, que conseqüentemente refletirá em baixos índices de rendimento nos processos de avaliação.

## **CATEGORIA A: APOIO FAMILIAR NA INCLUSÃO**

Para Lima e Costa (2014), a família desempenha papel fundamental no processo de inclusão escolar, vez que é sua responsabilidade conscientizar o filho sobre a realidade das situações que serão vivenciadas por ele fora do ambiente familiar, de forma que ele se sinta confiante, seguro e preparado a enfrentar os prováveis dissabores que as circunstâncias do

ambiente escolar possam vir a lhe proporcionar. Os autores afirmaram ainda que é responsabilidade dos pais realizarem um acompanhamento contínuo relativo ao desempenho das relações de ensino e aprendizagem dos filhos junto à direção escolar.

A partir do histórico clínico da acadêmica de enfermagem, foi possível identificar a preocupação dos pais durante a fase escolar da aluna, uma vez que ela sempre teve acompanhamento especializado. Entretanto, ao final da aplicação da verificação de aprendizagem de imunologia à estudante, o pai que a acompanhava, conversou com uma das monitoras, questionando-a sobre sua real opinião a respeito da capacidade intelectual de sua filha. Este indagou se sua filha “era capaz de continuar em um curso de graduação sendo este muito caro”. Acrescentou ainda que sua família é de classe média baixa e “**acha desnecessário investir nos estudos**” (grifo nosso), vendo que a filha tem tantas limitações e isso pode ser um fator que a impeça de concluir a formação.

Os dados da pesquisa refutam ideias de Lima e Costa (2014). Entretanto, a monitora respondeu que “era necessário primeiramente o apoio e credibilidade da família” por serem a base da estudante. A partir deles é que sua colega de sala “encontraria forças para lutar por seus objetivos”. O pai reconheceu o empenho da filha, porém, relatou temer seu fracasso devido as suas limitações.

Para Galt e Duque (2003 *apud* LIMA; COSTA, 2014), o sucesso da educação inclusiva e social depende do incentivo e apoio dos familiares, pois é por meio deles que as chances de serem transmitidos, força, segurança e determinação se darão por meio de palavras de apoio e incentivo, o que não pôde ser observado na fala do pai da aluna da enfermagem. A aluna quando questionada se alguma vez já sofreu preconceito por ser deficiente auditiva e quais suas impressões em expor suas limitações, afirmou não gostar de expor seus “problemas”. Afirma não ser por vergonha, tão pouco por já ter sofrido preconceito no ambiente universitário.

Perceberam-se algumas contradições neste quesito inferidas a partir da fala da aluna. Ela chegou para a realização da prova, sem usar a prótese auditiva e quando questionada sobre os motivos, disse que não colocou, pois “estava chovendo”. Sugerimos uma demonstração de que ela sente-se envergonhada, caso contrário, ela usaria a prótese auditiva constantemente. Acredita-se que tal explicação se dê no plano do inconsciente, fato este explicado pela psicanálise, uma vez que por meio da escuta do sujeito é possível se posicionar de forma particular e individualizada.

No contexto inclusivo discutido neste relato de caso, e considerando o ambiente acadêmico, um olhar psicanalítico sobre a inclusão contribuiria para que o educador se

posicionasse de modo particular frente às necessidades de seus alunos que somente se tornam evidentes nos processos de ensinar e aprender (GUIMARÃES, 2007).

A partir das atitudes, comportamentos e falas da aluna e de seu pai, é possível que haja algum entrave nas relações familiares, vez que os pais da aluna não vislumbram a capacidade de sua filha aprender e se desenvolver. Este pensamento, se cultivado em casa, poderá ser refletido nas relações sociais e universitárias da aluna. A inclusão inicia-se dentro das próprias famílias de pessoas portadoras de alguma necessidade especial. Entretanto, algumas delas não apresentam estruturas emocionais ou até mesmo orientações para aprenderem a lidar com as limitações de seus filhos.

## **CATEGORIA B: OBSTÁCULOS ENFRENTADOS**

Dentre as principais dificuldades identificadas pelas monitoras na realização da prova foram observadas problemas relacionados à assimilação da leitura; interpretação do enunciado das questões; formulação de respostas escritas; compreensão das explicações das monitoras e dificuldades de concentração.

O processo de inserção do discente com deficiência auditiva no cenário pedagógico é um grande desafio para o docente que, na sua grande maioria, não foi preparado para trabalhar com esses casos. Alguns docentes admitem suas limitações pedagógicas com esse público especial. Outros, porém, não estão dispostos a enfrentar o novo, o inesperado, tão pouco se dispõem para uma formação continuada (LIMA; COSTA, 2014).

É salutar que gestores e professores da educação superior, assumam suas responsabilidades pedagógicas frente às necessidades especiais dos alunos.

Segundo Pinotti e Boscolo (2008), deficientes auditivos apresentam variadas dificuldades na obtenção da linguagem escrita, o que possivelmente explica os motivos pelos quais a acadêmica de enfermagem apresentou dificuldades na formulação das respostas escritas. De acordo com a monitora, a aluna “não consegue iniciar, desenvolver e finalizar uma ideia”.

Sobre a mesma temática, Buffa (2002) afirma que alunos com perda auditiva possuem uma lacuna linguística na língua falada ou escrita afetando em alguns casos aspectos semânticos e morfosintáticos, o que justifica as limitações da aluna da enfermagem em construir suas respostas das questões discursivas da prova. Para a autora, esta particularidade está associada à dificuldade de compreensão dos textos lidos, o que novamente retrata a realidade da aluna do presente relato de caso.

Conforme relatos da monitora, “ao iniciar a leitura, a aluna se perdia, sendo necessário retornar diversas vezes ao ponto inicial da leitura para que fosse possível absorver as ideias do texto, para posteriormente, entender o enunciado da questão”.

Com relação às dificuldades de compreensão das explicações da monitora, para que se fizessem claras e compreendidas, foi necessário reexplicar reiteradas vezes o conteúdo ministrado em sala de aula pelo docente. As monitoras recorreram a exemplos cotidianos, até mesmo a esquemas gráficos - como desenhos representativos dos conteúdos abordados e discutidos em sala. Ainda assim, evidenciou-se uma grande dificuldade de compreensão por parte da graduanda.

Conforme afirmam Pinotti e Boscolo (2008), a dificuldade dos alunos deficientes auditivos em compreenderem esquemas gráficos, como figuras e fluxogramas, descrita pelos autores como linguagem gráfica, deve-se às limitações de acesso à linguagem oral. Quando a acadêmica de enfermagem foi questionada pela monitora sobre quais as principais dificuldades encontradas por ela dentro de sala de aula, sua resposta foi “encontrar lugar para sentar na frente”. A aluna explicou que, devido seu transporte para a IES ser por meio de van escolar, ela chega um pouco após o início da aula. Por esse motivo, não consegue lugar para sentar-se a frente, sendo obrigada a acomodar-se bem atrás, ao fundo da sala, onde, afirma existir muitas conversas paralelas, agravado ao barulho do ventilador, que atrapalham sua concentração e entendimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir deste estudo foi possível identificar que as dificuldades encontradas pela aluna observada, vão além do processo avaliativo de ensino aprendizagem, pois mesmo com auxílio e explicação de monitores, a estudante apresentou dificuldades de compreensão, interpretação e concentração. Dessa maneira, sugere-se que ela seja acompanhada por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos e pedagogos para melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem ao longo da sua trajetória acadêmica. Recomenda-se ainda, que a estudante faça um acompanhamento neurológico a fim de auxiliar no diagnóstico psicopedagógico, principalmente devido à recente descoberta de comprometimento do ouvido direito, o que pode vir a refletir no seu desempenho acadêmico.

Diante da fala e da descrença familiar, indica-se que a IES implemente o Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NOP. Dessa forma, não só a graduanda teria um atendimento especializado, como também sua família poderia ser acompanhada de perto o que impactaria positivamente

no avanço no desempenho acadêmico da aluna e proporcionaria atendimento a outros alunos, possibilitando auxílio no processo de inclusão social dentro do ambiente universitário.

Importante que a coordenação do curso de enfermagem estimule seus professores a dedicarem maior atenção ao caso relatado. Difundir a metodologia de utilização de monitores durante as provas, auxiliaria na melhora do desempenho acadêmico da estudante. Entretanto, sugere-se que tal acompanhamento não ocorra apenas durante os períodos de avaliação, mas ao longo de todo o semestre letivo. Recomenda-se ainda, que cada professor, ciente da particularidade da graduanda em questão, aproxime-se dela e demonstre interesse pela sua necessidade especial, estimulando-a a não desistir e exigindo dela uma mudança de comportamento e mentalidade quanto à sua particularidade. Talvez assim, por meio da relação de confiança, os professores consigam encorajá-la a utilizar a prótese auditiva.

Como proposta e estímulo ao desenvolvimento de atividades extensionistas, seria salutar que a coordenação do curso de Enfermagem da IES buscasse parcerias com as coordenações dos cursos de Letras e Pedagogia no intuito de proporem projetos de extensão com foco na educação inclusiva. A título de exemplo, um curso de extensão para capacitação de alunos deficiente auditivos por meio de técnicas de leitura labial, seria uma excelente medida de intervenção inclusiva. Cursos de leitura e interpretação textual também contribuiriam bastante com a proposta da educação inclusiva. Para os acadêmicos das licenciaturas seria uma excelente oportunidade de ampliar e exercer suas práticas pedagógicas. Aos alunos de enfermagem e demais interessados, seria uma oportunidade para contribuir com a transformação da realidade social de seus pares a partir da educação inclusiva.

Às IES cabem propor ações inclusivas que abranjam aspectos arquitetônicos, pedagógicos, de comunicação, informação, dentre outros, que minimamente apoiem e promovam condições de acessibilidade pertinentes à inserção, participação e integração dos alunos com deficiências, em ambientes que ampliem seu desenvolvimento acadêmico, intelectual e social (DISCHINGER *et al.* 2008).

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª. Lisboa: Edições, v. 70, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**. 1. ed. Brasília, DF, 02 dez. 2004.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 24 set. 2016.

BRASIL. **Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESu** 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495>>. Acesso em 25 set. 2016

BUFFA, Maria José Monteiro Benjamin. **A inclusão da criança deficiente auditiva no ensino regular: uma visão do professor de classe comum.** 2002. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências, Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo, Bauru, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/61/61131/tde-24062008-111505/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2016.

DISCHINGER, Marta et al. Orientar-se em campi universitários no Brasil: condição essencial para a inclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.39-64, jan. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/16605/18671>>. Acesso em: 24 set. 2016.

FARO, Ana Cristina Mancussi e. Educação Inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, São Paulo, v. 47, n. 1, p.229-234, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/52874>>. Acesso em: 24 set. 2016.

GUIMARÃES, Beatriz da Fontoura. **Escrita e Autoria: Efeitos da Escrita sobre o Sujeito que Escreve.** 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90006/239446.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 set. 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrículas no ensino superior crescem 3,8%.** 2014. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8)>. Acesso em: 24 set. 2016.

LIMA, Uirassú Tupinambá Silva de; COSTA, Antonio Carlos Silva. Inclusão de uma aluna com deficiência auditiva no curso de enfermagem em uma Universidade pública de Alagoas. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 12, n. 41, p.57-64, 28 nov. 2014. USCS Universidade Municipal de São Caetano do Sul. <http://dx.doi.org/10.13037/rbcs.vol12n4.2251> Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/view/2251/1626](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/2251/1626)>. Acesso em: 24 set. 2016.

PINOTTI, Kele Jaqueline; BOSCOLO, Cibele Cristina. A dramatização como estratégia de aprendizagem da linguagem escrita para o deficiente auditivo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 1, p.121-140, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n1/a10v14n1>>. Acesso em: 24 set. 2016.

SANTANA, Ana Paula. A inclusão do surdo no ensino superior no Brasil. **JournalOfResearch In SpecialEducationalNeeds**, [s.l.], v. 16, p.85-88, ago. 2016. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/1471-3802.12128>. Disponível em:

<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-3802.12128/epdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

TAVARES, Rosana Elizete; NUNES, Sylvia da Silveira. *Programa Incluir e Alunos e Alunos com deficiência no Ensino Superior: Um estudo de caso*. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, 1., 2014, Franca. **Anais**. Itajubá: Universidade Federal de Itajubá - Unifei, 2014. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/rosana-elizete-tavares.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.